

Toques&Dados

Informativo do Sindados - MG - 24 de Abril de 2025

POR UM 1º DE MAIO DE LUTA!



O 1º de Maio, conhecido mundialmente como o Dia Internacional dos Trabalhadores, tem suas raízes na histórica greve de Chicago, em 1886, quando milhares de operários reivindicaram a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias. A repressão violenta a esse movimento resultou na morte de manifestantes e na execução de líderes operários, conhecidos como os Mártires de Chicago. Em homenagem a esses trabalhadores foi instituído o 1º de Maio como um dia de luta e solidariedade da classe trabalhadora.

No Brasil, a data começou a ser celebrada por movimentos operários na década de 1910. Em 1924, o governo de Artur Bernardes oficializou o 1º de Maio como feriado nacional, denominando-o "Dia do Trabalho". Posteriormente, durante a Era Vargas, a data foi apropriada pelo Estado, transformando-se em uma celebração oficial que exaltava o trabalho e a figura do trabalhador disciplinado, desvinculando-a de seu caráter original de protesto e reivindicação.

No atual momento vivido pela classe trabalhadora, marcado pela retirada de direitos, aumento do desemprego e precarização das condições de vida, torna-se urgente resgatar o espírito combativo do 1º de Maio. O 1º de maio precisa voltar a ser um momento de

mobilização e luta dos trabalhadores, convocando greves e manifestações que os una em defesa de seus direitos e contra as imposições imperialistas e neoliberais que os oprimem.

É importante destacar que haverá atos de resistência, que acontecerão Brasil afora, convocados por vários setores da CUT que compreenderam esta necessidade. Estes atos ocorrerão como forma de levar às ruas as pautas de reivindicações dos trabalhadores mais importantes do atual momento.

Não podemos ter dúvidas: somente por meio da luta coletiva e da ação direta dos trabalhadores será possível garantir que suas pautas se transformem em conquistas!

Esse é o momento de colocar o bloco na rua para impedir o grande ataque aos trabalhadores que será a aprovação da pejetização pelo STF, uma medida que poderá jogar a "pá de cal" sobre a CLT.

Pelo fim da jornada 6X1!

Pela redução da Jornada sem redução salarial nem de benefícios!

Pelo controle dos preços dos alimentos por meio da valorização da agricultura familiar, da reforma agrária e da reestruturação da Conabe!

Não às privatizações!

Por aumento real e substancial do salário mínimo!

Em defesa da soberania nacional!

CLT EM PERIGO: DEFENDER OS DIREITOS TRABALHISTAS É DEFENDER A DIGNIDADE



Nos últimos tempos, tornou-se “moda” entre jovens e nas redes sociais criticar a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) como algo “ultrapassado” ou “ruim”. Frases como “não quero ser CLT” ou “CLT é escravidão” viralizam, muitas vezes sem que as pessoas entendam o que estão abandonando. De fato, a CLT possui muitas limitações e precisaria avançar para assegurar condições dignas de trabalho, salário e vida, sendo a redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, uma mudança urgente. Contudo, a existência da CLT, em oposição ao emprego sem direitos e a pejotização é um avanço importante, uma conquista histórica, fruto de mais de 200 anos de lutas operárias, marcadas por greves, repressão e até sangue derramado. A CLT está longe de ser um capricho do Estado.

Criada em 1943, a CLT, assegura:

- Jornada limitada (8h diárias, 44h semanais)
- Férias remuneradas
- 13º salário
- Licença-maternidade
- Seguro-desemprego
- Aposentadoria
- Proteção contra demissões arbitrárias

Esses direitos não caíram do céu. Foram conquistados por sindicatos e movimentos trabalhistas que enfrentaram patrões e governos para garantir condições mínimas de dignidade. No entanto, desde a Reforma Trabalhista, de 2017, que enfraqueceu a CLT, e com a onda da uberização e pejotização, os trabalhadores brasileiros vivem um retrocesso perigoso.

“Liberdade” sem Direitos é um ataque aos trabalhadores

Muitos jovens, iludidos por discursos neoliberais, acreditam que ser PJ (Pessoa Jurídica) ou empreendedor de si mesmo seria mais vantajoso. Nada mais mentiroso. A realidade é cruel, pois sem a proteção das leis trabalhistas não há FGTS, férias ou 13º; sem contribuição previdenciária, não há aposentadoria; sem vínculo empregatício, o trabalhador vira refém de plataformas, sem direito a salário mínimo ou proteção em caso de acidente.

E a situação pode piorar. O Supremo Tribunal Federal (STF) está agora decidindo sobre a pejotização, ou seja, se empresas poderão transformar empregados em PJ's para burlar direitos. Se isso avançar, a CLT poderá virar “peça de museu” e, sem ela, o salário mínimo some, pois PJ não tem piso; a jornada vira ilimitada, como no caso dos entregadores de app, que já trabalham 12h/dia ou mais. Muitos avanços ainda são necessários, mas a CLT, neste momento, é a única barreira contra a precarização total.

O Que Fazer?

É preciso combater a desinformação, mostrar que direitos trabalhistas não são “privilégios”, mas conquistas; exigir regulamentação para apps e plataformas, garantindo proteção social. É preciso defender a CLT contra as decisões patronais do STF, pressionando contra a pejotização.

A CLT impede, por um fio, o Brasil de voltar ao século XIX, quando trabalhadores morriam de fome sem nenhum direito. Renunciar a ela não é “modernidade” — é entregar de graça o que foi conquistado com lutas.

A escolha é clara: ou defendemos a CLT, ou voltamos à Era em que patrão mandava e trabalhador morria calado.

INFORME JURÍDICO



INFORME JURÍDICO

AÇÃO MOVIDA
CONTRA TECHBIZ
INFORMÁTICA LTDA e
TECHBIZ FORENSE
DIGITAL LTDA -
CUMPRIMENTO DE
DISPOSITIVOS DE
CONVENÇÕES
COLETIVAS DE
TRABALHO



O SINDADOS/MG ajuizou uma Ação Coletiva em face das empresas Techbiz Informática Ltda e Techbiz Forense Digital, identificada pelo nº 0010647-90.2015.5.03.0108, que tramitou perante a 29ª Vara do Trabalho desta Capital.

Nesta Ação, o Sindicato cobrava Adicional de horas extras, cumprimento do banco de horas, PLR, Reajuste salarial.

Agora, portanto, os trabalhadores beneficiados com a ação receberão os valores devidos através de transferência ou depósito bancário.

Para tanto, deverão encaminhar para o endereço de e-mail:

PAGAMENTO@LPSADVOGADOS.COM.BR cópia digitalizada dos seguintes documentos: Carteira de Identidade e CPF, bem como informar seus dados bancários.

A relação com os nomes dos trabalhadores beneficiários da Ação está disponível no site do Sindicato.

AGENDA DE AUDIÊNCIAS

	Partes	Processo			Audiência
Reclamante	Reclamado	Numeração	Data	Horário	Local
Sindados MG	Betel Tecnologia	0010182-14.2025.5.03.0017	29/04/2025	08:10	Videoconferência
Sindados MG	S P Data Serv.	0010321-18.2025.5.03.0032	12/05/2025	08:45	Videoconferência
Sindados MG	Solusoft Informática	0010272-12.2025.5.03.0182	27/05/2025	08:05	Videoconferência
Sindados MG	Sympla Internet	0010348-04.2024.5.03.0010	06/08/2025	09:30	Videoconferência

GESTÃO DO SERPRO AMEAÇA DIREITOS E ESTRUTURA DA EMPRESA PÚBLICA



Direção do Serpro aplica plano que retira direitos dos trabalhadores, desmonta estruturas físicas da empresa e avança na terceirização, colocando em risco a natureza pública da instituição.

Vivenciamos, nos últimos anos, profundas ameaças à existência do Serpro, motivadas por diversos fatores, como a ausência de concurso público por mais de uma década e uma gestão voltada exclusivamente para “fazer caixa” — muitas vezes à custa dos trabalhadores, que ficaram vários anos sem qualquer reposição das perdas salariais e ainda perderam direitos em sucessivos Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs).

Com a retirada do Serpro do programa de privatizações, surgiram grandes expectativas de um novo ciclo, com debates democráticos e soluções para problemas estruturais que afetam diretamente os trabalhadores.

No entanto, a realidade que enfrentamos é oposta.

A atual direção da empresa tem promovido ataques sistemáticos ao quadro funcional e à própria estrutura do Serpro.

A terceirização segue em ritmo acelerado, especialmente na área de desenvolvimento de sistemas, sob o discurso de “redução de custos”.

O patrimônio físico da empresa é tratado como obstáculo, com uma política de compartilhamento de espaços nas regionais que desfavorece os trabalhadores da casa e que culmina na intenção de venda de prédios importantes, como o do Rio de Janeiro e a sede da empresa em Brasília.

Os chamados “espaços de coworking” propostos não atendem ao que determinam as Normas Regulamentadoras (NRs) 12 e 17, representando risco à saúde e segurança dos trabalhadores.

A alienação do patrimônio histórico e estratégico do Serpro compromete a identidade construída ao longo de décadas. Enquanto isso, a empresa apresenta lucros recordes ano após ano, resultado direto do trabalho dos seus empregados.

Em 2024, o Serpro possui mais de R\$ 1,9 bilhão em caixa e R\$ 141 milhões em rendimentos de aplicações, contrariando o discurso recorrente de dificuldades financeiras.

Um dos casos mais alarmantes envolve o plano de saúde.

A cada ano, a empresa reduz sua contribuição, transferindo os custos para os trabalhadores.

Muitos, diante da alta mensalidade, são obrigados a sair do plano ou buscar alternativas mais baratas — mesmo que com menor qualidade de cobertura.

Outros ataques igualmente graves foram registrados: a tentativa de demissão em massa de colegas ao completarem 70 anos, numa política etarista e desrespeitosa, que só foi barrada por decisões judiciais; e as regras impostas unilateralmente para a incorporação da FCT/FCA, ignorando direitos adquiridos reconhecidos em centenas de ações judiciais e contrariando decisão vinculante do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A “cereja do bolo” é a permanência da empresa FIA na gestão do Serpro.

A FIA, que tem sala própria na sede, atua como se estivesse gerindo uma empresa privada, sendo responsável por propostas que descaracterizam o Serpro como estatal.

Além disso, os valores do contrato com a GARTNER foram aumentados, totalizando cerca de R\$ 80 milhões destinados a essas duas consultorias — e tudo isso sem licitação.

Vivemos hoje uma gestão marcada pela ausência de diálogo com os trabalhadores e suas representações.

A direção da empresa, especialmente seu presidente, tem adotado medidas que ferem frontalmente os direitos dos empregados. Isso não pode continuar.

Os delegados e delegadas do Serpro, reunidos na Plenária Nacional de Campanha Salarial 2025/2026, compreendem que esse projeto de gestão representa um erro grave e deve ser imediatamente descontinuado. É urgente construir, de forma democrática e participativa, um novo caminho, no qual a categoria possa conhecer, debater e decidir sobre os rumos da empresa.

Caso contrário, corremos o risco de alcançar um ponto de não retorno.

Se esta gestão se diz democrática e aberta ao diálogo, é hora de provar isso na prática.



VOCÊ SABIA?

Que a empresa onde você trabalha tem até 30/04/2025 para comprovar se teve prejuízo, conforme prevê a CCT?

Se comprovar, ficará a empresa isenta de pagar a PLR. Se não comprovar, terá de pagar.

E você, trabalhador(a), tem o direito de saber se sua empresa fez comprovação. Basta ligar no Sindados, após 10/05, e te informaremos se a empresa comprovou prejuízo.

Importante também nos retornar se a empresa pagou a PLR.

É conversando que cuidaremos do seu direito.

**SINDADOS/MG CONVOCA:**

**ASSEMBLEIA COBRA
TECNOLOGIA (BBTS)**

**DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA
DE ACORDO DE PLR APRESENTADA PELA EMPRESA**

 **SEXTA-FEIRA 25/04, 08H**

 **PARTICIPE PELA PLATAFORMA ZOOM**

ASSEMBLEIA DA COBRA TECNOLOGIA (BBTS)

Atenção trabalhadores(as) da Cobra Tecnologia (BBTS)! Nesta sexta-feira, 25/04, às 08h, teremos assembleia virtual deliberativa, para discussão e deliberação sobre a proposta de acordo de PLR apresentada pela empresa. Sua participação é imprescindível. Contamos com sua presença!